e 27 da Lei 8.625/93; e §1º do art. 8º, da Lei 7.347/85, Lei nº 9.394/96 (LDB) E Lei nº 8069/90;

RESOLVE:

INSTAURAR, o presente INQUÉRITO CIVIL nº 018/2010-MP/PJCAP e, em consequência, determinar, desde já, sem prejuízos de outras que, no decorrer se fizerem necessárias, as seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se a presente Portaria, fazendo-se o registro da mesma na pasta própria e a devida comunicação, via ofício da instauração e início do inquérito civil ao Exmº Sr. Procurador-Geral de Justiça, "ex vi" do art. 19, "a" da Instrução 04/91-PGJ, bem como ao Centro de Apoio Operacional de defesa dos Direitos Constitucionais, Difusos e Coletivos, em cumprimento ao disposto no art. 5º da PORTARIA Nº 610/96-PGJ e art. 12 da Portaria 582/03-PGJ, inclusive aos CAO's Cível, da Infância e Juventude, e Cidadania, remetendo-lhes, em anexo, cópia da presente Portaria;

2. Junte o relatório de visita e fotos tiradas;

3. Requistem-se informações da Secretária Municipal de Educação;

4. Nomeio o Sr. IVAN NAZARENO, para servir como Secretário, dispensando-o do compromisso legal em razão do vínculo Administrativo que possui com o Ministério Público do Estado do Pará;

5. Retornem os autos a esta Presidência para ulteriores deliberações.

REGISTRADA E PUBLICADA, CUMpra-SE.

Capanema/PA, 21 de outubro de 2010.

NADILSON PORTILHO GOMES

Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 019/2010-MP/PJCAP

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 199042

PORTARIA Nº 019/2010-MP/PJCAP

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio de seu Promotor de Justiça Dr. Nadilson Portilho Gomes, Titular da 2ª Entrância da Promotoria de justiça de Capanema, infra-firmado, no uso de suas atribuições legais, vem dispor o seguinte:

CONSIDERANDO, que na visita feita pelo Ministério Público do Estado do Pará, Promotoria de Justiça de Capanema, realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental R-39 (Anexo da R-39), localizada na 8ª Travessa, zona rural de Capanema, fora constatado que a mesma possui 01 sala, cedida pelo Estado, com calor insuportável no local, não tendo vigia, nem material de higiene e limpeza, faltando mobiliário básico, geladeira, biblioteca, sendo a água servida aos alunos não tratada, além de outros problemas decorrentes da falta de espaço e do calor do local, de ausência de materiais, etc.

CONSIDERANDO, que tal situação descrita, além de estar causando prejuízos à educação, compromete os futuros dos estudantes;

CONSIDERANDO, que a necessária verificação de violações do princípio da legalidade administrativa e de outros, em especial ligados à educação, in casu reclamam a formação de um instrumento apuratório próprio em relação aos fatos acima descritos, o qual poderá redundar em outras medidas pertinentes, tais como a propositura de Ação Civil Pública e/ou outras medidas que se fizerem cabíveis o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio de seu Representante, com fulcro nos artigos 129, itens II e III da CF/88, arts. 26, item I e 27 da Lei 8.625/93; e §1º do art. 8º, da Lei 7.347/85, Lei nº 9.394/96 (LDB) E Lei nº 8069/90;

RESOLVE:

INSTAURAR, o presente INQUÉRITO CIVIL nº 019/2010-MP/PJCAP e, em consequência, determinar, desde já, sem prejuízos de outras que, no decorrer se fizerem necessárias, as seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se a presente Portaria, fazendo-se o registro da mesma na pasta própria e a devida comunicação, via ofício da instauração e início do inquérito civil ao Exmº Sr. Procurador-Geral de Justiça, "ex vi" do art. 19, "a" da Instrução 04/91-PGJ, bem como ao Centro de Apoio Operacional de defesa dos Direitos Constitucionais, Difusos e Coletivos, em cumprimento ao disposto no art. 5º da PORTARIA Nº 610/96-PGJ e art. 12 da Portaria 582/03-PGJ, inclusive aos CAO's Cível, da Infância e Juventude, e Cidadania, remetendo-lhes, em anexo, cópia da presente Portaria;

2. Junte o relatório de visita e fotos tiradas;

3. Requistem-se informações da Secretária Municipal de Educação;

4. Nomeio o Sr. IVAN NAZARENO, para servir como Secretário, dispensando-o do compromisso legal em razão do vínculo Administrativo que possui com o Ministério Público do Estado do Pará;

5. Retornem os autos a esta Presidência para ulteriores deliberações.

REGISTRADA E PUBLICADA, CUMpra-SE.

Capanema/PA, 21 de outubro de 2010.

NADILSON PORTILHO GOMES

Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 019/2010-MP/PJCAP

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 199043

PORTARIA Nº 019/2010-MP/PJCAP

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio de seu Promotor de Justiça Dr. Nadilson Portilho Gomes, Titular da 2ª Entrância da Promotoria de justiça de Capanema, infra-firmado, no uso de suas atribuições legais, vem dispor o seguinte:

CONSIDERANDO, que na visita feita pelo Ministério Público do Estado do Pará, Promotoria de Justiça de Capanema, realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental R-39 (Anexo da R-39), localizada na 8ª Travessa, zona rural de Capanema, fora constatado que a mesma possui 01 sala, cedida pelo Estado, com calor insuportável no local, não tendo vigia, nem material de higiene e limpeza, faltando mobiliário básico, geladeira, biblioteca, sendo a água servida aos alunos não tratada, além de outros problemas decorrentes da falta de espaço e do calor do local, de ausência de materiais, etc.

CONSIDERANDO, que tal situação descrita, além de estar causando prejuízos à educação, compromete os futuros dos estudantes;

CONSIDERANDO, que a necessária verificação de violações do princípio da legalidade administrativa e de outros, em especial ligados à educação, in casu reclamam a formação de um instrumento apuratório próprio em relação aos fatos acima descritos, o qual poderá redundar em outras medidas pertinentes, tais como a propositura de Ação Civil Pública e/ou outras medidas que se fizerem cabíveis o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio de seu Representante, com fulcro nos artigos 129, itens II e III da CF/88, arts. 26, item I e 27 da Lei 8.625/93; e §1º do art. 8º, da Lei 7.347/85, Lei nº 9.394/96 (LDB) E Lei nº 8069/90;

RESOLVE:

INSTAURAR, o presente INQUÉRITO CIVIL nº 019/2010-MP/PJCAP e, em consequência, determinar, desde já, sem prejuízos de outras que, no decorrer se fizerem necessárias, as seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se a presente Portaria, fazendo-se o registro da mesma na pasta própria e a devida comunicação, via ofício da instauração e início do inquérito civil ao Exmº Sr. Procurador-Geral de Justiça, "ex vi" do art. 19, "a" da Instrução 04/91-PGJ, bem como ao Centro de Apoio Operacional de defesa dos Direitos Constitucionais, Difusos e Coletivos, em cumprimento ao disposto no art. 5º da PORTARIA Nº 610/96-PGJ e art. 12 da Portaria 582/03-PGJ, inclusive aos CAO's Cível, da Infância e Juventude, e Cidadania, remetendo-lhes, em anexo, cópia da presente Portaria;

2. Junte o relatório de visita e fotos tiradas;

3. Requistem-se informações da Secretária Municipal de Educação;

4. Nomeio o Sr. IVAN NAZARENO, para servir como Secretário, dispensando-o do compromisso legal em razão do vínculo Administrativo que possui com o Ministério Público do Estado do Pará;

5. Retornem os autos a esta Presidência para ulteriores deliberações.

REGISTRADA E PUBLICADA, CUMpra-SE.

Capanema/PA, 21 de outubro de 2010.

NADILSON PORTILHO GOMES

Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 020/2010-MP/PJCAP

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 199050

PORTARIA Nº 020/2010-MP/PJCAP

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio de seu Promotor de Justiça Dr. Nadilson Portilho Gomes, Titular da 2ª Entrância da Promotoria de justiça de Capanema, infra-firmado, no uso de suas atribuições legais, vem dispor o seguinte:

CONSIDERANDO, que na visita feita pelo Ministério Público do Estado do Pará, Promotoria de Justiça de Capanema, realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Braço Grande ("Francisca Rosa da Silva"), localizada na 6ª Travessa, zona rural de Capanema, fora constatado que a mesma funciona em espaço precário, necessitando de merendeira, vigia, de mobiliário básico (mesa, carteiras, armários, geladeira, computador, impressora, lousa etc), gás de cozinha, material de higiene e limpeza, inexistindo biblioteca, sendo a água servida aos alunos não tratada, não tendo sido repassada todos os itens da merenda escolar, não havendo atendimento por ônibus escolar necessário, entre outros problemas;

CONSIDERANDO, que tal situação descrita, além de estar causando prejuízos à educação, compromete os futuros dos estudantes;

CONSIDERANDO, que a necessária verificação de violações do princípio da legalidade administrativa e de outros, em especial ligados à educação, in casu reclamam a formação de um instrumento apuratório próprio em relação aos fatos acima descritos, o qual poderá redundar em outras medidas pertinentes, tais como a propositura de Ação Civil Pública e/ou outras medidas que se fizerem cabíveis o MINISTÉRIO PÚBLICO

DO ESTADO DO PARÁ, por meio de seu Representante, com fulcro nos artigos 129, itens II e III da CF/88, arts. 26, item I e 27 da Lei 8.625/93; e §1º do art. 8º, da Lei 7.347/85, Lei nº 9.394/96 (LDB) E Lei nº 8069/90;

RESOLVE:

INSTAURAR, o presente INQUÉRITO CIVIL nº 020/2010-MP/PJCAP e, em consequência, determinar, desde já, sem prejuízos de outras que, no decorrer se fizerem necessárias, as seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se a presente Portaria, fazendo-se o registro da mesma na pasta própria e a devida comunicação, via ofício da instauração e início do inquérito civil ao Exmº Sr. Procurador-Geral de Justiça, "ex vi" do art. 19, "a" da Instrução 04/91-PGJ, bem como ao Centro de Apoio Operacional de defesa dos Direitos Constitucionais, Difusos e Coletivos, em cumprimento ao disposto no art. 5º da PORTARIA Nº 610/96-PGJ e art. 12 da Portaria 582/03-PGJ, inclusive aos CAO's Cível, da Infância e Juventude, e Cidadania, remetendo-lhes, em anexo, cópia da presente Portaria;

2. Junte o relatório de visita e fotos tiradas;

3. Requistem-se informações da Secretária Municipal de Educação;

4. Nomeio o Sr. IVAN NAZARENO, para servir como Secretário, dispensando-o do compromisso legal em razão do vínculo Administrativo que possui com o Ministério Público do Estado do Pará;

5. Retornem os autos a esta Presidência para ulteriores deliberações.

REGISTRADA E PUBLICADA, CUMpra-SE.

Capanema/PA, 21 de outubro de 2010.

NADILSON PORTILHO GOMES

Promotor de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCM

**SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 199154**

Portaria: nº 07/2010

Prazo para Aplicação (em dias): 60

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15

Servidor: MARIA ROSETE VIANA DE SOUSA BRASIL

Cargo: ASSISTENTE TÉCNICO

Matrícula Funcional: 133701

Recurso(s):

Programa de Trabalho	Fonte do Recurso	Natureza da Despesa	Valor
01122012545340000	0101000000	339030	1,600.00
01122012545340000	0101000000	339036	700.00
01122012545340000	0101000000	339039	400.00

Observação: Concede Suprimento de Fundos à servidora acima citada para despesas de pronto pagamento deste MP, conforme classificação orçamentária

Ordenador: ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

ÓRGÃOS

Instituto de Terras do Pará

**TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 199046**

Ato: Port.nº 026/11-IAP de 24/01/11

Término Vínculo: 01/02/2011

Tipo: Termino de Vínculo de Servidor

Motivo: Exoneração a pedido

Orgão: INSTITUTO DE ARTES DO PARA

Servidor(es):

Comissionado / Luiz Maria de Jesus Soares Junior (Gerente Geral de Artes Literárias e Expressão de Identidade)<br

Ordenador: HEITOR MARCIO PINHEIRO SANTOS

**TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 199054**

Ato: Port. 028/11-IAP de 24/01/11

Término Vínculo: 01/02/2011

Tipo: Termino de Vínculo de Servidor

Motivo: Exonerar a pedido